

JUNTA DE FREGUESIA DA PENHA DE FRANÇA

ATA NÚMERO TRINTA E OITO

Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dezanove horas, e em cumprimento da convocatória emanada nos termos legais, decorreu, na sede da Junta de Freguesia da Penha de França, sita na Travessa do Calado, n.º 2, e sob a presidência da sua Presidente, uma Reunião Pública Ordinária do Executivo da Freguesia, que contou com as presenças constantes da lista anexa, que passa a fazer parte integrante da presente ata. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

I – Período Antes da Ordem do Dia -----

Ponto único: Aprovação da Ata n.º 37, referente à reunião de executivo realizada no dia 3 de abril de 2019. -----

II – Ordem do Dia -----

Ponto um: Informação. -----

Ponto dois: Proposta n.º 19/2019 – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escuteiros CN42. -----

Ponto três: Proposta n.º 20/2019 – Aplicação de Sanção Disciplinar. -----

Ponto quatro: Proposta n.º 21/2019 – Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres. -----

Ponto cinco: 4.ª Alteração ao Orçamento de Despesa e 3.ª Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Em sede de Período Antes da Ordem do Dia, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 37, referente à reunião de executivo realizada no dia 3 de abril de 2019. -----

Iniciada a discussão dos pontos incluídos na **Ordem do Dia**, os membros do Executivo deliberaram o seguinte: -----

Ponto um: Os membros do executivo apresentaram um ponto de situação dos seus pelouros relativamente às últimas semanas de trabalho. -----

Ponto dois: Foi aprovada, por unanimidade, a Proposta n.º 19/2019, tendo, em consequência, sido autorizada a concessão de apoio financeiro ao Agrupamento de Escuteiros CN42, bem como aprovada a minuta do contrato-programa a celebrar, nos termos da Proposta e da documentação que a integra. -----

Ponto três: Foi aprovada, por unanimidade, a Proposta n.º 20/2019, tendo, em consequência e com os fundamentos nela vertidos, sido aprovado aplicar ao trabalhador Paulo Manuel Barata Antunes a sanção disciplinar de suspensão pelo período de 90 (noventa) dias, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 180.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 181.º e no n.º 2 do artigo 182.º, todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, por violação do dever de isenção, ficando a referida sanção disciplinar suspensa por 2 (dois) anos, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 192.º da LTFP, tendo em conta os objetivos repressivos e de prevenção geral e especial a aplicar à referida infração praticada pelo trabalhador. -----

Ponto quatro: Foi aprovada, por unanimidade, a Proposta n.º 21/2019, tendo, em consequência, sido autorizada a concessão de apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres, bem como aprovada a minuta do Protocolo a celebrar, nos termos da Proposta e da documentação que a integra. -----

Ponto cinco: Foram aprovadas, por unanimidade, a 4.ª Alteração ao Orçamento de Despesa e a 3.ª Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a reunião do Executivo deu-se por terminada, pelo que foi lavrada a presente ata, a qual, depois de aprovada, será assinada pela Presidente, conforme disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias

